

28.04.2016 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: APTER (Associação Nacional de Apoio Terapêutico)

Recebida por: Deputadas Maria Manuela Tender e Laura Magalhães (PSD) e Sandra Pontedeira (PS)

Assunto: Subsídio de educação especial – Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de abril

A Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD), que presidiu à reunião, cumprimentou os membros da delegação da APTER (Joaquim Matos, Luiz Gonzaga e Sofia Castro), indicou a grelha de tempos e passou depois a palavra a Sofia Castro para fazer uma intervenção inicial, que pode ser consultada na [página da Comissão](#).

De seguida, o Senhor Joaquim Matos acrescentou que desde a alteração ao Decreto-Lei n.º 14/81 e após a aplicação do Protocolo foram mudados vários procedimentos entre órgãos de chefia do Ministério da Educação, mas não o foram em decreto regulamentar, o que não deixava de ser muito estranho.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) agradeceu a análise extensa e detalhada feita pela Associação de toda a legislação relativa à educação especial e a identificação das lacunas existentes. Considera ser sempre uma mais-valia trocar impressões com as pessoas que trabalham no terreno e que conhecem bem os problemas com que se deparam no dia-a-dia e daí esse contributo poder ser muito relevante.

Concluiu afirmando que a documentação entregue pela Associação ia ser distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD para que os Deputados se possam debruçar sobre a matéria e analisá-la detalhadamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) agradeceu o contributo deixado pela Associação, sugerindo, inclusivamente, aos membros da Associação que enviassem a documentação entregue à Comissão de Trabalho e Segurança Social, onde estão neste momento a ser discutidas várias iniciativas legislativas sobre a matéria, designadamente o projeto de resolução n.º 163/XIII (1.ª), sobre a «Reposição da legalidade na atribuição do subsídio de educação especial».

Disse igualmente que o Governo já criou um grupo de trabalho para estudar esta questão e que a revisão da legislação está para breve, havendo neste momento uma estreita colaboração entre os Ministérios da Educação, da Saúde e da Segurança Social para articular estas matérias de forma a clarificar o normativo existente e a alterar aquilo que for necessário.

Sofia Castro usou novamente da palavra, bem como os membros da direção, Luiz Gonzaga e Joaquim Matos, colocando ainda outras questões, após o que agradeceram a concessão de audiência.

A audiência pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2016

A Assessora

Maria Mesquitela